

## *Da cultura popular à educação popular – de ontem para agora*

Antes de falarmos, de uma *educação popular*, como um tema e com um tom maneira mais latino-americano e mais politicamente – no sentido de “cuidado cidadão da *polis* e de participação assumida no trabalho social de construção de seu mundo de vida cotidiana e, por extensão, da história de seu tempo - motivado, podemos falar de uma *educação humanista*. Uma educação para a qual a pessoa que se educa está destinada a *conviver* e a *ser* a partir do que estará sempre adquirindo e reconstruindo em si mesma com-e-atraves de seus outros dentro de comunidades aprendentes. E aprendendo não apenas o saber de valores éticos em teoria, mas, e mais densamente, o saber-do-valor que provém da experiência vivenciada de uma afetiva, efetiva e crescente formação pessoal e interativa, fundada em uma motivação interior profunda a uma vida solidária. A uma vida de busca do outro e de partilhas como sentido dela própria, a vida cotidiana, como fundamento da razão de ser da experiência humana no mundo

E a *educação popular*?<sup>1</sup>

Isto a que demos no passado e seguimos dando o nome de *educação popular* é uma espécie de ideologia pedagógica? É uma modalidade de proposta ou é uma vocação especializada da educação que teve uma vigência única em um tempo delimitado da história cultural e, com mais propriedade, da história da educação no Brasil, na América Latina e, quem sabe? do mundo? Conheço respostas afirmativas e algumas delas são convincentes. Afinal, em algum tempo e em alguns lugares do Planeta surgiram propostas de uma *educação anarquista*. Existem ainda? De que modo na Federação Russa de agora é possível pensar, propor e praticar uma *educação de vocação comunista*, tal como ela terá existido na União Soviética até os anos 80?

Podemos falar de uma *educação de jovens e de adultos*, e tanto o Ministério da Educação quanto a própria UNESCO a defendem e voltam a falar dela com uma desejada insistência nos dias de hoje. Mas o que dizer de voltar, quarenta anos depois, a associá-la à ... *educação popular*? Esta última pode parecer uma pergunta algo estranha, indevida

---

<sup>1</sup> Notícia recente do último número do *em AÇÃO – informativo trimestral da Ação Educativa*: Ação educativa recebeu o acervo do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina e do Caribe), constituído de cerca de cinco mil documentos e coleções de periódicos produzidos pelas entidades associadas. N.º 20, ano 5, jul/set 2001,pg. 3.

mesmo, depois de passado tanto tempo. Mas ela não é muito diferente das questões trocadas entre educadores, quando se discute, por exemplo, se uma *educação humanista* ou, de maneira ainda mais concreta, uma *educação cristã* seriam ou não as mais adequadas à formação ética de nossas crianças do que uma *educação pragmática*, ou dirigida ao exercício produtivo de uma ação instrumental.

Ao procurar compreender a atualidade da *educação popular*, Beatriz Costa lembra o seguinte:

*A partir do final da década de 1950 surgiram vários trabalhos de educação voltados para as camadas populares, tendo em comum o desejo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Educação de base, educação de adultos, educação popular, os nomes eram vários de acordo com a conjuntura social e política do momento. A partir da segunda metade dos anos 1970, a expressão “educação popular” passou a ser a mais usada.*

*A educação popular é muitas vezes confundida com educação informal ou educação não formal – o que significa não referida ao sistema escolar formal. Creio porém que essa redução acaba por não considerar as iniciativas de diversas escolas que, em diferentes lugares deste país, procuram levar adiante uma educação crítica, voltada para a expansão da autonomia e da responsabilidade social de seus alunos. ...*

*Pode-se considerar que a expressão “educação popular” designa uma proposta de educação, uma intenção, uma diretriz, um rumo – que se realiza em diversas atividades, formais ou informais<sup>2</sup>*

Tenho defendido com freqüência a idéia de que o nome *educação popular* recobre, êmica e eticamente, toda uma trajetória de tradições *na* e *da* educação ao longo de sua história<sup>3</sup>. De alguma maneira em semelhança com a idéia de Beatriz Costa, creio que a *educação popular* não é uma “escola” pedagógica, nem é a proposta datada e situada em um tempo específico das idéias e das práticas pedagógicas. Ela é isto, uma vocação da educação. É uma investitura do sentido social do trabalho do educador. Ela emerge, e não apenas ela, toda a vez em que um “caminho” dado à educação surge como algo novo,

---

<sup>2</sup> Está entre as páginas 11 e 12 de *educação popular – sempre um debate*, publicado em *Tempo e Presença*, ano 22, julho/agosto de 2000.

<sup>3</sup> “Êmico” e “ético”, aqui, no sentido usados corriqueiramente na Antropologia, e derivados de “fonêmico” e de “fonético”. Ao primeiro termo correspondem os nomes e os sentidos dados a algo de uma cultura pelos participantes ativos da própria cultura (como os termos que designam os objetos, os símbolos e os gestos com que se vive os sentidos peculiares de um ritual). Ao segundo correspondem os termos conceituais e as interpretações de sentido dados por alguém alheio a ela, como aqueles que uma antropóloga, pesquisadora de um ritual indígena, utiliza para descrevê-lo e interpretá-lo.

como algo emergente, como uma experiência liminar e, sem dúvida alguma, contestatória. Mas nem sempre o que é “isto”, na educação, pode ser identificado como *educação popular*.

A idéia entre nós mais difundida a respeito do que é a *educação popular* insiste em associa-la a um trabalho pedagógico multivariado realizado de preferência por setores mobilizados da sociedade civil. Em seu nome, dentro e fora do âmbito da escola – tomada aqui no seu sentido mais institucional e mais didaticamente profissional - o seu sujeito preferencial são mulheres e homens, jovens, adultos e, no limite, idosos das classes subalternas. Em suas formas mais tradicionais – aquelas que eu mesmo defendi por muitos anos e que deixaram raízes fundas em meu pensamento - a *educação popular* era um instrumento político de força pedagógica “a serviço das classes populares”. Não era de sua competência nem era sua a vocação de propor ideologias, de antecipar políticas, de estabelecer programas populares de ação social. Entre os seus dois extremos, estavam e estão, de um lado, aqueles que defendem ser a *educação popular* uma entre as formas de preparação das classes populares para algum tipo de transformação social subordinada a uma tomada do poder e à instauração de uma alternativa socialista à sociedade “capitalista e opressora”. E estão, do outro lado, aqueles para quem a *educação popular* é um instrumento cultural com foco sobre a educação, destinado a elevar de maneira justa e não-supletiva a qualidade de vida das pessoas e das famílias excluídas, a começar pela oferta de um tipo de educação que instaure nele a plenitude da *pessoa cidadã*.

Em uma ou na outra direção, no entanto – mas com bastante mais ênfases, na primeira direção e em suas variantes vizinhas - ontem como hoje o que caracteriza a *educação popular* não é somente ela ser, aqui e ali, algo novo. Algo emergente. É, antes, o seu esforço em recuperar como novidade a tradição pedagógica de um trabalho fundado em pelo menos quatro pontos: a) o mundo em que vivemos pode e deve ser transformado continuamente em algo melhor, mais justo e mais humano; b) esta mudança contínua é um direito e um dever de todas as pessoas que se reconheçam convocadas a participarem dela, em alguma dimensão onde, para elas, isto é uma vocação devida e viável; c) a educação possui aqui um lugar não absoluto, mas importante, pois a ela cabe formar pessoas destinadas a se verem vê a se realizarem como co-constructores do mundo em que vivem, o que significa algo mais do que serem preparados para viverem no limite dos produtores de

bens e de serviços em mundos sociais que conspiram contra as suas próprias humanidades; d) aos até aqui excluídos dos bens da vida e dos bens do saber, o direito à educação, e que ademais de ser uma educação de qualidade, elas seja também um lugar onde a cultura e o poder sejam pensados a partir deles: de sua condição, de seus saberes e de seus projetos sociais<sup>4</sup>.

O caminho que percorremos até aqui foi para voltar a ela outra vez. Mas, de novo, não pelo roteiro mais direto, pois eu quero recorrer ainda a alguma comparações. Algumas páginas atrás tomei o meu próprio exemplo, para descrever de uma maneira muito sumária como entre os meus 8 e os meus 18 anos, ao mesmo tempo em que aprendia matemática (a muito custo), português, história(s), geografia, canto orfeônico, educação física, latim, etc, fui submetido a programas de formação de uma pessoa supostamente cidadã, de um ponto de vista: científico laico, confessional católico e patriótico-militar.

Pois bem, agora me ocorre que talvez melhor do que perguntar de cara: o que é a *educação popular hoje?* seria o perguntar: quais as educações disponíveis para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos reconhecidos como de algum modo pertencentes a “classes”, “camadas”, “segmentos” ou “culturas” *populares* hoje, no Brasil? E quero chamar a atenção para o fato de que “popular” não precisa ser tomado aqui como um adjetivo de teor ideológico, no mais das vezes associado a alguma “política de esquerda”. O próximo censo do IBGE haverá de nos demonstrar que entre mendigos confessos (se é que o censo os ouve), desempregados crônicos, famílias abaixo do nível social da pobreza, segundo critérios da ONU, trabalhadores submetidos a um dos mais baixos salários mínimos do Continente, as pessoas populares somam cerca de 2/3 de quem somos: *as* e *os* brasileiros. O fato de que algumas revistas de elite prefiram tratá-los como “a faixa nível “C” ou “D” da população brasileira, pouco significa, no caso, principalmente se levarmos

---

<sup>4</sup> Sobre o passado e atualidade destas questões, ademais de trabalhos antigos e atuais bastante conhecidos, entre Paulo Freire, Beatriz Costa, Osmar Fávero, Luis Eduardo Wanderlei, Celso Biegisel, Moacir Gadotti, Rosa Maria Torres, Pedro Benjamim Garcia, Oscar Jará, Marcela Gajardo, Sergio Rodriguez, Luis Eduardo Garcia-Huidobro e tantos outros, quero indicar alguns livros recentes. Um deles é o *educação popular em busca de alternativas – uma leitura desde o campo democrático e popular*, de Conceição Paludo, publicado pela TOMO Editorial em parceria com o CAMP, de Porto Alegre, em 2001. O outro é a excelente coletânea de artigos reunida em *educação popular hoje - variações sobre o tema*, coordenado por Marisa Vorraber Costa e publicado pela Edições Loyola, de São Paulo, em 1998. Um terceiro é a não menos proveitosa coletânea de textos organizada por Pedro Benjamim Garcia em *o pêndulo das ideologias – a educação popular e o desafio das ideologias*, publicado pela Relume-Dumará, do Rio de Janeiro, em 1994.

em conta o fato de que quem assim pensa e classifica os outros está na “faixa A”. Pois bem, de que “educações” pode ou deve esta imensa maioria de pessoas participar?

Elas podem participar da educação oferecida pelas escolas públicas: os estabelecimentos de ensino municipais, estaduais ou mesmo federais da União. Além do que existe como oferta regular, podem se inserir, quando jovens ou adultos analfabetos, por exemplo, em campanhas provisórias ou em movimentos como o *Alfabetização Solidária* ou algum *MOVA*. Elas podem participar de uma educação oferecida por instituições conveniadas, quando uma escola, por exemplo, é mantida com recursos públicos e com recursos e trabalhos civis, particulares, empresariais ou de tipo ONG.

Elas podem participar de diferentes tipos de agências de treinamento, de qualificação profissional ou de formação da pessoa, criadas e mantidas por instituições patronais, como o SENAI, ou de uma empresa, como a Fundação Bradesco. Os casos e exemplos são mais numerosos do que imaginamos.

Finalmente, elas podem participar de experiências pedagógicas oferecidas por instituições civis e, de algum tempo para cá, de cenários pedagógicos sob a responsabilidade de governos municipais ou mesmo estaduais, cuja proposta de trabalho cultural através da educação inclui, de algum modo, as palavras e as idéias contidas no ideário da *educação popular*.

Como um exercício para pensar e buscar sentidos, deixemos de lado por agora as duas primeiras alternativas, e concentremo-nos nas duas últimas. Sabemos que existe um interesse crescente da empresa capitalista pela educação. A cada dia mais o empresariado nacional e o internacional (uso estes termos com o temor e o cuidado de um frágil conhecedor do assunto): a) preocupam-se em qualificar os seus “quadros”, qualquer que seja o seu nível, sabendo que, a cada dia mais, possuir “pessoal” competentemente educado e treinado é essencial mesmo para a eficácia da produção e o andamento dos negócios (a “qualidade total” está fundada na qualificação competente de “quadros” ; b) procuram intervir em políticas e em propostas de educação, sabedores de que delas poderão resultar sucessos e benefícios também a cada dia mais essenciais para o andamento e o desenvolvimento da estrutura e da lógica do mundo dos negócios, em um cenário cada vez mais “competitivo” (palavra chave neste meio); c) investem diretamente

em educação, como um crescente “bom negócio” entre outros negócios dignos de aplicação financeira<sup>5</sup>.

Dizem que quem possui o poder não precisa propriamente dizer ou escrever quem é e a que veio. Esta idéia discutível pode ser verdadeira aqui. Vocês devem já ter observado como são raros e pouco difundidos os artigos e os livros escritos por e para empresários a respeito da educação. Existem alguns, claro, assim como aumenta o número de congressos e reuniões de trabalho voltadas a uma educação de vocação francamente empresarial. O que há para ler são mais trabalhos técnicos, do tipo: “como se faz” do que escritos de fundo, filosofias densas ou debates a respeito do assunto. Pois quem controla não pensa e, quando pensa, não reflete. Alguns poderão trabalhar a questão da qualidade-total-em-educação, mas quem já leu um livro que faça agora uma defesa profunda, clara e aberta de uma educação a serviço da globalização neoliberal? Vocês alguma vez já viram uma “escola de educação capitalista?”

Uma vez mais, quando algo surge, tal como no “Relatório do Banco Mundial”, a leitura da educação é feita através do olhar da economia. A pessoa educada deságua no sujeito produtivo, e o lugar onde se afere o valor-de-uso ou o valor-de-troca do saber não é a sociedade onde se vive, mas o mercado onde se produzem tipos de bens e serviços, modos de poder e estilos culturais o “ser alguém na vida”. Isto é, uma pessoa educada para ser o sujeito competente, competitivo e produtivo em um mercado onde tudo se vende e compra, e onde importa ver o sujeito produtivo transformado em um ator de um consumo que, dizem, move e moverá cada mais isto a que se dá o nome de “nosso mundo” - “nosso qual, cara pálida?”. Um mundo que, vemos e sabemos, globaliza economias e esquece de planetarizar pessoas livres e felizes. E não tanto pelo que compram, mas através do como conseguem ser e viver as suas vidas. Uma vida onde o trabalho e o mercado sejam uma

---

<sup>5</sup> Aqui eu recomendo a leitura de uma recente reportagem sobre a escola e a educação no Brasil atual, publicada pela ÉPOCA. Transformado em um encarte sob o patrocínio, imagino, do MEC, esta reportagem foi distribuída generosamente. Eu a encontrei várias vezes em diferentes balcões de aeroportos pôr onde andei nos últimos anos. Nos aeroportos, por onde passam os que podem viajar de avião. Nunca nas rodoviárias (que eu frequento assiduamente também) por onde passam os que não podem. Nesta reportagem onde o balanço da evolução da educação no País é bastante positivo, todo o critério de aferição de resultados e de proveitos, inclusive na comparação entre o nosso estado de arte e o de outros países (a Coréia é citada mais de uma vez) é francamente econômico. É importante desenvolver a educação porque ela desenvolve não tanto uma economia de aplicação social, mas a que move o mundo dos bons negócios. A respeito deste tema, seria oportuno ler com atenção o: *o banco mundial e as políticas educacionais*, organizado por Livia de Tommasi, Miriam Jorge Warde e Sérgio Haddad e publicado pela Cortez Editora em convênio com a PUCSP e a Ação Educativa, em 2000.

estação por onde se passa e nunca a viagem que se faz. O resto são sonhos, os nossos e os de Marguerite Yourcenar .

*A educação popular* diz o seu nome. Diz os seus nomes, pois ao longo de sua trajetória e agora mesmo, em nossa época, aqui, ela é, ao mesmo tempo, frágil e múltipla. Quero insistir em que esta vocação da pedagogia não foi uma experiência única de um momento da história da educação no Brasil, na América Latina ou em outros cenários do mundo onde pessoas e grupos se reconhecem como seus praticantes. Ao contrário. Ao longo da trajetória da própria educação, em seu sentido mais amplo e mais generoso, isto a que damos o nome de *educação popular* aparece em momentos sucessivos e em cenários diversos. Envolve atores, idéias, propostas e métodos de trabalho que são os mesmos e, aqui e ali, são outros: educadores letrados, não necessariamente pedagogos de carreira, em geral “de esquerda” e vocacionalmente voltados a um “trabalho popular” + pessoas e grupos humanos via de regra descritos como: “populares”, “do povo”, “das classes trabalhadoras”, “operários”, “camponeses”, “excluídos”, “dominados”, “marginalizados”, “pobres”, “minorias”.

Ao longo da diversidade de suas teorias e de suas realizações, acredito que uma diferença muito essencial entre os dois modelos de trabalho pedagógico dirigido a pessoas “das camadas populares”, está na qualidade de fundo das interações – seus processos e seus produtos - que cada um deles propõe. Imagino (e o digo porque não a conheço na sua prática cotidiana) que a proposta de educação dos cursos do SENAI é dedicada a pessoas em maioria originadas dos que não podem pagar um curso completo em escolas particulares, e dirigidas a alguma forma de trabalho operário ou equivalente, típico de um estilo de vida socialmente popular. Imagino que não exista ali, como de resto não deve em absoluto existir em qualquer outro projeto de origem empresarial, alguma intenção de criar, entre a instituição-que-educa e a comunidade individualizada de seus educandos, uma interação que envolva a distribuição do poder de decisão, da partilha de idéias e de propostas a respeito do encaminhamento dos trabalhos, ou da ordenação da própria estrutura da unidade pedagógica em questão. Tudo se realizará mais ou menos como em um destes cursos de informática existentes em cada esquina de nossas cidades. Você entra, é informado a respeito do tipo de saber competente que se vende ali, contrata serviços, paga e os recebe, aprende ou não-aprende sozinho, sentado diante de sua máquina.

completa um ciclo de estudos, recebe (ou não) um certificado, salda as suas dívidas, apaga o micro e vai embora.

Não existe por certo também uma motivação forte em alterar na pessoa do sujeito-aprendente mais do que as suas qualidades enquanto um aprendiz que se capacita e habilita a um tipo adequado e competente de exercício produtivo. A isto serve este modelo de educação dirigida à formação de atores produtivos. E não há nada de mal em que assim seja. O mal está em tomá-la como o modelo a ser seguido em toda a educação, a começar pela instrumentalização funcional e dirigida a ações de mercado, crescente no imaginário de educadores e nas experiências didáticas das escolas.

Em direção oposta, acredito que, ontem e hoje, a *educação popular* toma os seus sujeitos-educandos como atores ativos de um tipo de trabalho ao redor do ensinar-e-aprender. Um exercício cultural através da educação onde a participação pessoal e interativa nos próprios processos de decisão a respeito de tudo o que envolve a comunidade aprendente de que tais atores são parte, faz parte da essência do próprio trabalho pedagógico. Eis o momento em que iniciativas tais como: conselhos de escola, constituinte escolar, relação escola-comunidade, orçamento participativo na educação, deixam de ser (ou deveriam deixar de ser) figuras de retórica partidária, para se transformarem no próprio fundamento do processo de criação e de consolidação do que temos querido chamar de “escola cidadã”, de “escola plural”, de “escola candanga”, de “escola sem fronteiras”.

E isto está ligado a um outro ponto de partida da vocação de origem da *educação popular*. É que ela se volta aos seus sujeitos como pessoas humanas e como atores sociais cujos direitos à participação dos processos de decisão sobre as suas vidas, sobre os seus destinos e, mais ainda, sobre os da sociedade onde vivem e da cultura de que são parte e partilha, vão muito além do âmbito da escola. Ela assume como tarefa sua a formação integral, crítica e criativa do todo da pessoa de seus educandos. Ela revisita sem cessar uma imagem cara a Paulo Freire: ensinar a pessoa a ler palavras é apenas o primeiro passo de um ensino-sem-fim do “ler o seu mundo”. Habilitar atores produtivos em termos de trabalho é apenas uma primeira ou segunda estação de uma viagem que passa também pela e que deságua na formação do sujeito político, do cotidiano do bairro à história de seu tempo.

Assim, a *educação popular* pretende associar o ser dirigida a pessoas do povo (os quase todos de quem somos nós, no Brasil, , não esquecer), ao ser uma educação que pergunta a estas pessoas quem elas são. Que se abre a ouvi-las dizerem como elas desejam e não-desejam ser; em que mundo querem viver; a que mundo de vida social estão dispostas a serem preparadas para preservar, criar ou transformar. Claro, ontem como hoje este tipo de intenção pode parecer algo muito ilusório; pode parecer mesmo uma pura demagogia. Mas se a educação empresarial dirigida a não-empresários trata de criar pessoas para um tipo de mundo social, porque não acreditar - se nós cremos que ele não é "o melhor dos mundos" - que é possível pensar e por em prática, inclusive através do aparato público ("público" quer dizer: "de todos nós"), um tipo de educação que sonhe participar, dentro e fora da sala de aulas, da criação de pessoas capazes de aprenderem a conhecer e a compreender por conta própria, mas umas através das outras, o tipo de sociedade em que vivem. Isso quando cremos que "um outro mundo é possível". E sujeitos culturais aprendentes, que sejam capazes de se integrarem e participarem dos círculos de vida social onde pessoas educadas para o exercício da cidadania produzam o tipo de mundo da vida cotidiana onde devem viver as pessoas cidadãs.

Sim, muito bem! Mas, o que são propriamente "pessoas cidadãs"? Se formos ler todos os anúncios, todos os projetos e todas as propostas de educação nos dias de hoje, desde os emitidos por instituições empresariais de ensino médio e superior, até os contidos em políticas governamentais de um "município do PFL" no Sertão da Bahia, até um "do PT" na vizinhança de Porto Alegre, iremos constatar que a palavra "cidadão" e suas derivadas, das quais "cidadania" é a mais comum, estão quase sempre presentes. Ora, as observações de Gero Lenhardt – um investigador do Max Planck Institut, vindo da Alemanha para participar de um dos seminários sobre *a atualidade da Escola de Frankfurt* – bem nos podem ajudar aqui. Transcrevo a exato início da "introdução" de seu artigo: *educação formal, cidadania e força de trabalho*. Vamos lá.

*Os sistemas de educação formal dão expressão institucional aos autoconceitos da sociedade moderna. Esses autoconceitos são mais óbvios nos currículos, mas também se fazem presentes na estrutura organizacional das escolas. Currículos e organização escolar contém idéias normativas sobre o indivíduo e a ordem social, conceitos de história e de progresso social e também conceitos de natureza. Dessa forma, os sistemas educacionais podem ser analisados como concretizações de comunidades*

*imaginadas. De um certo modo, as escolas representam sonhos sociais, mas esses sonhos são uma parte institucionalizada da realidade social e adquirem crescente autoridade à medida que a importância social da educação formal aumenta*

*Os conceitos de indivíduo e de ordem social institucionalizados nas escolas em geral não são consistentes, pois surgiram de sistemas de crenças culturais diferentes e geralmente contraditórios. Nas escolas da sociedade ocidental duas síndromes prevalecem e merecem atenção especial. A primeira focaliza a noção liberal de cidadania. Os indivíduos são concebidos como cidadãos e a ordem social, como uma república liberal. Esses conceitos podem variar de acordo com as tradições nacionais, mas de modo geral são comuns a muitos sistemas nacionais de educação. Ao lado deste há um outro padrão normativo. Aqui os indivíduos são definidos como força de trabalho e a ordem social, como um sistema de restrições objetivas. A natureza parece não só moldar o mundo do trabalho, mas também atingir outras esferas da vida<sup>6</sup>*

Considero notável a contribuição desta passagem, embora ela contenha idéias e fatos já conhecidos. O passo seguinte nesta mesma linha de reflexão seria o pensar a maneira crescente como a as ideologias do projeto neoliberal associam, dentro e fora do campo simbólico da educação, as duas tendências apontadas no trecho acima como sendo características marcantes da escola da “sociedade ocidental”. De fato, a idéia de cidadão no imaginário pedagógico do mundo dos negócios está subordinada ao exercício competente da força de trabalho. A primeira qualidade da pessoa cidadã é a sua prontidão aproveitável no mercado de compra e venda de mão-de-obra qualificada pela educação. O cidadão é o sujeito de direitos e é a pessoa livre e criativamente autônoma e responsável, na medida em que é, também, o ator social “formado” (capacitado, treinado, habilitado) para desempenhar o exercício de sua cidadania como um sujeito ajustado ao mundo dos negócios e regido pelas normas e princípios das gramáticas das performances do mercado onde, ao triunfar – “vencer na vida – ele demonstra a si mesmo e aos outros a excelência de sua própria cidadania.

Os outros planos de exercício da experiência cidadã, como a vida pública para além das responsabilidades bi-anuais do eleitor, serão uma mera extensão deste primeiro atributo de uma cidadania empresariada (se é que isto existe). Aliás, a este sujeito de

---

<sup>6</sup> Página 34 de *educação formal, cidadania e força de trabalho, em a atualidade da Escola de Frankfurt*, editado por Vanilda Paiva e publicado como o número 0, setembro de 1996, ano 1, de *Contemporaneidade e Educação*, do Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, do Rio de Janeiro. Os dois grifos são meus.

performances, valerá mais ser um presidente distrital do Lions Clube do que um militante de fato comprometido com as questões sociais verdadeiras de sua vida cotidiana.

Esta não é a imagem da *pessoa cidadã*, tal como a vejo ser desenhada pelas propostas de educação que têm buscado trazer a tradição pedagógica da *educação popular* para o que convencionamos chamar de *escola cidadã* ou, como prefiro, a *educação da pessoa cidadã*. Vimos e vemos até a exaustão - pelo que me desculpo antecipada e justificadamente - que, aqui, a pessoa cidadã é, em primeiro lugar, o sujeito de deveres. Sim, isto mesmo. E porque? Por uma razão muito simples. Ele não recebe os direitos de que é, por natureza, o beneficiário. Ele os conquista de maneira ativa e responsável, como o co-criador de seus próprios direitos. Seus direitos de cidadania são o resultado do exercício cotidiano de cria-los como um cidadão ativo.

Em um plano mais amplo, este sujeito cidadão é o ator cultural do dever solidário de criar, passo a passo, o mundo social da crescente plenitude dos direitos humanos, estendidos a todos em todas as suas dimensões. Antes de ser para tornar-se um profissional competente em sua área de interesse ou de vocação, ele estuda, cria saberes, aprende e ensina, sendo e para ser a pessoa participante que se envolve em tornar-se um agente co-responsável pela construção deste mundo. Apenas dentro deste quadro de um chamado universal a sermos criadores críticos de nossos mundos de vida cotidiana e dos rumos de nossos destinos e da história que fundamos, é que faz sentido o sermos, também, uma força de trabalho. Esta é também a diferença entre o “fazer a Vida vencer” e o “vencer na vida”.

Porque toda a proposta de um modo qualquer de se realizar a educação oculta, disfarça ou confessa um projeto de vida e uma identidade de pessoa. Uma diferença fundadora entre uma vocação e outra pode estar em que a educação que instrui e capacita o competidor-competente objetiva a *performance*, enquanto a educação da pessoa cidadã objetiva a *formação*. Que não se veja aqui um jogo de palavras. Basta ler os muitos livros e os artigos sobre qualquer tipo de qualificação da força de trabalho do profissional de colarinho branco do mundo dos negócios, para se descobrir sem muito esforço que todo o saber se dirige, em primeiro lugar, a criar ao propriamente uma identidade, mas uma imagem “negociável”. A aperfeiçoar um especialista sempre aperfeiçoável no vazio de seu

próprio desempenho actancial. Mostrar aos outros as qualidades invejáveis de que se supõe parecer sem nunca se-ser de verdade, importa mais do que aprender para construir, de dentro para fora, um ser humano que se constrói “assim” porque se sonha “assim”. Acompanhemos por um momento algumas escalas.

Um curso breve de rudimentos de informática pode anunciar em sua propaganda: “aprenda a dominar o Word 2000 e a lidar melhor com o seu micro”; “suba na vida! Faça informática conosco”; “domine o computador e tenha o mundo aos sus pés”. Um curso do SENAI gera torneiros mecânicos ou aprimora os que já o são. Assim como uma boa faculdade de engenharia gera engenheiros, professores de engenharia ou dirigentes de empresas de construção. Mas entre o que diz e o que oculta, cada lugar onde se transfere a outros algum tipo de conhecimento dentro de uma agência apropriada a isto, através de métodos adequados, empregados por pessoas capacitadas para tal ofício, e ao longo de um tempo devido, ademais de gerar tipos de pessoas habilitadas a isto ou àquilo, sugere também, vimos já, estilos de vida, éticas de relacionamentos, visões de si *com*, *diante de* ou mesmo *contra* os outros.

Vemos à nossa volta um crescimento ameaçador de estilos de educação escolar voltados a criar atores sociais profundamente competitivos, individualistas e voltados a um projeto perverso de realização de suas vidas através da concorrência em busca do “sucesso”. De um sucesso desenhado em uma escala sem fim, não raro sugerido como a razão do viver e a chave de toda a felicidade. Ora, a *educação popular* pretende conspirar contra isto. Pretende ser “uma outra educação viável”. Sim, um outro modelo, uma alternativa. Um projeto múltiplo, mas convergente em ser o de uma educação francamente oposta a toda a criação de pessoas, de vocações e de identidades regidas por um princípio mal pensado, mal sentido e mal vivido do “self made man”.

O exemplo do que vemos acontecer dentro das universidades da América Latina (e somente dela?) pode bem ilustrar o que digo aqui. Transcrevo partes de uma notícia publicada no *Le Monde Diplomatique*, tal como ela saiu na versão do *Jornal da Universidade*, editado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Está na página 4, do número de agosto de 2000, com os seguintes título e sub-título: *Ensino público superior latino-americano está sendo desmantelado – Le Monde Diplomatique publica denúncia de representantes de universidades latino-americanas reunidos na Nicarágua.*

*Há 20 anos, o capitalismo neoliberal desenvolve uma estratégia de constituição de um intelectual orgânico próprio para legitimar a reestruturação conservadora da sociedade, na qual os intelectuais são objeto e sujeito. As universidades públicas, centro nevrálgico da vida intelectual dos países latino-americanos, são um dos espaços institucionais centrais dessa estratégia claramente definida, coerente em seus objetivos e em seus meios, aplicada com uma grande capacidade de iniciativa destes os setores dominantes, representados nos governos (Da convocatória à Oficina Latino-americana em defesa da Universidade – em um box, na notícia do jornal).*

*A redução de orçamentos para as universidades públicas começa – com variantes para cada país – em meados da década de 80, com um eufemismo, “racionalidade administrativa, que ocasionou verdadeiros estrangulamentos financeiros, compensados – e em parte dissimulados – pelas “liberdades” para vender conhecimentos, serviços, projetos, investigações, cursos, consultorias, etc. em políticas de “liberdade de mercado. Abriu-se, assim, sub-repticiamente a via “privatizadora” da universidade pública, que mercantilizou sua atividade mesmo mantendo a aparência e traços estatais.*

*Estas atividades para o “mercado” produziram dois efeitos imediatos. Um, que se devia produzir o que o mercado demanda, abandonando as linhas de investigação de objetivos científicos e sociais que não coincidem necessariamente com os interesses de quem pode pagar e comprar esses conhecimentos. Dois, se começou a notar o primeiro nível de discriminação de universidade e faculdades segundo as ofertas mais de acordo com o mercado. Além disso, produziu discriminação no interior do corpo docente, com pagamentos diferenciados segundo os projetos que conseguiram vender.*

...

*Os proventos dos docentes já não dependem de sua qualidade acadêmica, nem da importância científica ou social de suas investigações, nem de sua preocupação pela docência das novas gerações, mas sim de sua habilidade para apresentar a informação requerida no momento preciso. A carreira assim iniciada entre os docentes os conduz a um esforço burocrático, administrativo, formal, para conseguir melhorar seu magro salário.*

Eis aqui apenas um exemplo entre tantos. A complexidade do momento em que vivemos é tanta, que resulta difícil saber com certeza se há mesmo em curso um “projeto neoliberal para a educação em todo o mundo”. De alguma maneira é possível acreditar que sim, ainda que seja ilusório imaginar que isto parta de uma central única, constituída em algum lugar para tal propósito. Mas uma leitura simples do relatório do Banco Mundial sobre a educação pode ser um indicador seguro neste sentido. Mas quem entre nós duvida

de que uma vez mais vivemos um momento de profunda divergência entre modelos de propostas e de educação com pretensões a alguma universalidade?

Talvez não caiba mais falarmos, por exemplo, de uma “educação do opressor” oposta a uma “pedagogia do oprimido”. Talvez não faça sentido opor uma “educação popular” a uma “educação da elite” (ou elitista). Mas seria desistência mais ingênua ainda, o não nos darmos conta da consciência de que este é, também, um momento de escolhas. Um tempo de opções entre formas sociais de criar e viver a experiência polissêmica da educação, onde mais do que nunca projetos de reprodução ou de recriação de mundos sociais são divergentes, mais do que apenas diferentes.

Ela se volta contra o fundamento do modelo de sociedade, de práticas sociais associadas ao trabalho e ao capital, e de pessoas submetidas a uma tal vida e adequadas a uma tal lógica de trocas de bens, de serviços e de sentidos.

Eis porque, em suas formas atuais, experiências de *educação popular* não têm problemas em criar comunidades e pessoas aprendentes culturalmente desajustadas no tipo de mundo em que vivem. Pessoas que desde o lugar de chão dos excluídos a que foram condenadas, acreditem com os seus educadores que a educação não muda o Mundo. Mas que ela muda pessoas. E que pessoas transformam os seus mundos. Que, portanto, a educação deveria estar também dirigida a lidar com pessoas para quem aprender venha a ser algo próximo ao transformar-se em um alguém consciente e motivado a participar com outros de um trabalho cultural e político destinado a criar um outro tipo de vida social, mais justa, mais humana, mais igualitária, mais livre, mais solidária.

O lugar que avalia o efeito da educação não é nem ela própria e nem o mercado do capital. Ele é a qualidade da própria vida cotidiana, medida (se isto se mede) através do envolvimento de mais e mais pessoas dispostas a serem, como dizíamos há muitos anos – e porque não repetir agora? - “sujeitos protagônicos de seu próprio destino”. “Protagônico” parece uma palavra pedante e um velho pedreiro alfabetizando do MOVA poderia achá-la impossível de compreender. A menos que se diga a ele que “protagônico” pode ser: alguém que se junta com outros para construir juntos, ativos, conscientes e participantes, o seu próprio mundo, a sua própria vida. A menos que se diga a ele que a história dos grandes heróis montados a cavalo, com espadas e esporas, é a “deles”. E muitos dentre estes “eles” foram os que excluíram no passado e seguem pretendendo excluir, ainda hoje, pessoas

humanas, mulheres e homens como eles, tanto da história que, depois se estuda na escola, quanto de uma vida com direitos a ser livre e feliz. Principalmente porque a ser vivida com outros, iguais quanto ao direito de serem assim, felizes e livres, e diferentes no direito a escolherem como viver a felicidade , depois de a haverem pouco a pouco conquistado. De a haverem trazido de volta e, se possível, para sempre, ao mundo cotidiano e real de “todas e todos nós”.

### ***Bibliografia***

Barreiro, Julio  
***Educação Popular e Conscientização***  
198X, VOZES, Petrópolis

Berger, Thomas e Luckmann, Thomas  
***A Construção Social da Realidade***  
1998, 15ª edição, VOZES, Petrópolis

Biegisel, Celso  
***Estado e Educação Popular***  
1974, Editora Pioneira, São Paulo

Boff, Clodovis  
***Como Trabalhar com o Povo***  
1996, VOZES, Petrópolis

Brandão, Carlos Rodrigues (org)  
***Pesquisa Participante***  
1984, Brasiliense, São Paulo

Brandão, Carlos Rodrigues (org)  
***Repensando a Pesquisa Participante***  
1987, Brasiliense, São Paulo

Brandão, Carlos Rodrigues (org)

***De Angicos a Ausentes – 40 anos de Educação Popular***

2001, CORAG, Porto Alegre

Caldart, Roseli

***Educação e Movimento – formação de educadores no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra***

1997, VOZES, Petrópolis

Coelho, Elizabeth Pereira

***Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul***

1987, dissertação de mestrado, xerox, Fac. Educação, UFRGS, Porto Alegre

Coelho, Ildeu Moreira

***Realidade e Utopia na Construção da Universidade – memorial***

1996, Editora da Univ. Federal de Goiás, Goiânia

Costa, Beatriz

***Para Avaliar uma Prática em Educação Popular***

1987, Cadernos de Educação Popular, NOVA/VOZES, Petrópolis

Costa, Beatriz

***Educação Popular – sempre um debate***

2000, Tempo e Presença, ano 22, julho/agosto

Fávero, Osmar

***Cultura Popular e Educação Popular – memória dos anos sessenta***

1983, GRAAL, Rio de Janeiro

Geertz, Clifford

***A Interpretação das Culturas***

1976, Zahar, Rio de Janeiro

Habermas, Jurgen

***Tecnologia e Ciência enquanto Ideologia***

1975, Os Pensadores, Editora, São Paulo

Haddad, Sérgio e Del Piero, Maria Clara (orgs)

***A Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Bagé e Sarandi***

1994, INEP, Brasília

Haddad, Sérgio e De Tomazzi Livia (orgs)

***O Banco Mundial e as Políticas Educacionais***

Cortez Editora/ PUCSP/Ação Educativa, São Paulo

Lenhardt, Gero

***Educação Formal, Cidadania e Força de Trabalho***

*A atualidade da Escola de Frankfurt* (Vanilda Paiva, org)

*Contemporaneidade e Educação, n° 0, ano 1, setembro 1996*

Moraes, Maria Cândida  
***O Novo Paradigma Educacional Emergente***  
2000, Papirus, Campinas

Paludo, Conceição  
***Educação Popular em Busca de Alternativas – uma leitura desde o campo democrático e popular***  
2001, TOMO Editorial/Camp, Porto Alegre

Saviani, Demerval  
***Pedagogia Histórico-Crítica***  
2000, Autores Associados, Campinas

Silva, Tomás Tadeu da  
***Teoria Cultural e Educação – vocabulário crítico***  
**Completar \*\*\***

Spósito, Marília  
***A Ilusão Fecunda – a luta pela educação nos movimentos populares***  
1993, HUCITEC, São Paulo

Vasconcelos, Eymard Mourão  
***A Saúde nas Palavras e nos Gestos – rede de educação popular e saúde***  
2001, HUCITEC, São Paulo

Vasconcelos, Eymard Mourão  
**Completar – Botucatu \*\*\***

Youcenar, Marguerite  
***De Olhos Abertos – entrevistas a Mathieu Galey***  
**Completar \*\*\***

**Buscar autor \*\*\***  
***Sem Terra Aprende e Ensina – estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra***  
1999, Autores Associados, São Paulo

**Buscar autor \*\*\***  
***Educación Popular Ambiental en América Latina***  
199X, CEAAL/REED, Pátzcuaro, México

